



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 164 • Quarta-Feira, 28 de Setembro de 2016 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



FDS DEVEM DEFENDER DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

● defende PR nas festividades do 25 de Setembro

Pág. 4



PREVENDO CRESCIMENTO DE 5.5%
Governo aprova PES e OE para 2017

Pág. 2



**MOCAMBIQUE CAMINHA PARA
ESTABILIDADE ECONÓMICA**
Afirma chefe da missão do FMI

Pág. 6



CENSO POPULACIONAL 2017
Governo mobiliza 75 milhões de dolares

Pág. 5

Prevendo crescimento de 5.5%

GOVERNO APROVA PES E OE PARA 2017



Porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saíde

O Conselho de Ministros aprovou, esta terça-feira, o Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) para o próximo ano. O PES para 2017 prevê uma taxa de crescimento de 5.5%, sendo que, para o alcance deste objectivo, o documento prioriza o aumento da produção interna de alimentos, bem como o

controlo da despesa pública e acções que elevem a qualidade do sistema financeiro nacional.

Segundo o porta-voz do Governo, Mouzinho Saíde, o Plano Económico e Social para o corrente ano teve como base as provisões económicas, a priorização na afectação dos recursos para os sectores económico e social, a racionalização da despesa e a implementação efectiva dos projectos de desenvolvimento de infra-estruturas, sendo que, para 2017, de acordo com a fonte, o PES tem como prioridade o aumento da produção interna de alimentos para fazer face ao défice de produção agrícola que foi influenciada negativamente em 2016.

Para fazer face à situação actual, o governo irá desenvolver acções que elevem a qualidade do sistema financeiro e cambial, tendo como principal objectivo a preser-

vação do valor da moeda nacional e da estabilidade macroeconómica.

Em relação ao Orçamento do Estado para 2017, o governo irá manter o Programa Quinquenal, particularmente o não aumento das taxas fiscais, manter o carácter restritivo de 2016 através de medidas de contenção da despesa pública a níveis sustentáveis e prosseguir com as reformas que visam garantir o incremento das receitas do Estado e a eficácia da despesa.

Por outro lado, o executivo vai continuar a privilegiar os sectores de educação, saúde, agricultura e acção social e, não obstante o carácter restritivo do orçamento, implementar reformas estruturais para o reforço da transparência fiscal.

O Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado serão submetidos à Assembleia da República.

Transplante de órgãos humanos



Ainda na sessão desta terça-feira, o Conselho de Ministros aprovou a proposta de Lei que regula a

colheita de órgãos, tecidos e células de origem humana para fins terapêuticos ou de transplante e inclui aspectos ligados à doação, extrac-

ção, preparação, transporte, distribuição e actividades de transplante e o seu seguimento.

Falando à imprensa, Mouzi-

nho Saíde explicou que Moçambique não dispõe de Lei que permite o transplante de órgãos e outros tecidos daí que, segundo o governante, esta proposta é fundamental tendo em conta o avanço da medicina.

Segundo Saíde, com o aumento de doentes crónicos que precisam de transplante no país, é necessária a aprovação da Lei, para que as pessoas possam ser tratadas sem que se desloquem ao estrangeiro.

"A capacidade de hemodiálise é bastante reduzida e o transplante irá ajudar nessa situação, permitindo uma melhor qualidade de vida", frisou a fonte.



Proposta de revisão do EGFAE

O governo apreciou a proposta de revisão do Estatuto Geral dos Funcionário e Agentes do Estado, que visa aperfeiçoar os princípios e normas que regem as relações laborais dos funcionários e demais agentes do Estado para suprir lacunas, incoerências e inadequações constatadas na aplicação da Lei vigente.

Assim, a proposta de Lei apresenta inovações na questão do contrato de trabalho.

"É nulo e de nenhum efeito, o provimento que não obedece ao concurso nos casos em que a Lei o exige. Permite, a título excepcional, a contratação de pessoal para o exercício de

actividades permanentes nos termos a regulamentar. Estabelece que, havendo excepcionalmente ponderosas razões de interesse público, pode ser dispensado o concurso de ingresso em determinadas carreiras profissionais correspondendo as áreas vitais quando seja manifesto que o número de candidatos é inferior às necessidades do quadro do pessoal", explicou o porta-voz do Conselho de Ministros.

Com esta proposta, as funcionárias em período de gravidez e depois do parto são asseguradas os seguintes direitos: não realizar, sem diminuição da remuneração, trabalhos que

sejam clinicamente desaconselháveis aos seu estado, não realizar trabalhos nocturnos, manutenção do cargo ou funções que exerça nesse período, entre outras inovações.

Quanto à questão de avaliação do desempenho, no caso de mau há implicações "tratando-se de um cargo de chefia ou de direcção cessa as funções e, quando for um funcionário com a nomeação definitiva é demitido por incompetência, de nomeação provisória é dispensado dos quadros do Aparelho do Estado sem indemnização, ao agente do Estado extingue-se a relação laboral", apontou Saúde.

Outros temas aprovados

O Conselho de Ministros aprovou, ainda, o Acordo Bilateral entre as Repúblicas de Moçambique e do Zimbábue sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, Gestão e Utilização Sustentável dos Recursos Hídricos do Sistema Hidrográfico do Púnguè, assinado a 11 de Julho de 2016, entre outras matérias.



IV Censo 2017



Na mesma sessão, o governo recebeu informação sobre o censo-piloto da população e habitação, a decorrer de 01 a 15 de Outubro deste ano, para testar aspectos de organização, metodológicos, bem como a capacidade logística para a realização desta actividade, que constitui um ensaio técnico a ter lugar em um distrito de cada província, tendo, como foco, o Recenseamento Geral da População e Habitação,

agendado para o próximo ano.

Assim, foi aprovada, para o efeito, a criação do Gabinete do Censo, dirigido pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que abarca vários Ministérios e parceira com a Universidade Eduardo Mondlane e o Instituto Nacional de Estatística. Nos próximos tempos, serão criados gabinetes provinciais e distritais de recenseamento.

MISSÃO DAS FDS SERÁ COMPLETA SE DEFENDER DESENVOLVIMENTO

- defende PR, nas festividades do 25 de Setembro

O Presidente da República, Filipe Nyusi, exortou as Forças de Defesa e Segurança (FDS) a não deitarem abaixo o sonho dos libertadores de Moçambique, sublinhando que "a vossa missão será incompleta se não defenderem o desenvolvimento do país que é a agenda dos nossos cidadãos".

Segundo Nyusi, igualmente Comandante - Chefe das FDS, faz parte do sonho dos libertadores da pátria tornar Moçambique independente, uno e indivisível, próspero e desenvolvido.

O Presidente falava no Palácio da Ponta Vermelha na recepção aos oficiais gerais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) por ocasião do 52º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação nacional e dia das FADM que se assinala a escala nacional a 25 de Setembro.

"No cumprimento das vossas missões, o povo moçambicano não espera ouvir que as FADM deitaram abaixo o sonho dos seus heróis: O sonho de tornar Moçambique independente, uno e indivisível, próspero e desenvolvido", afirmou.

O Comandante - Chefe das FDS disse, por outro lado, que o país vive momentos de ausência da paz efectiva devido a acções armadas movidas pela Renamo contra o povo, o que obriga a mobilização de mais recursos e capacidades técnicas para fortificar o Estado e garantir o bem-estar das populações.

"Queremos, nesse momento de reflexão conjunta, exortar as FADM para que mantenham invioláveis as fronteiras do nosso território e os direitos de cidadania, patriotismo e sentido de pertença a este Moçambique", disse.



Deposição de coroa de Flores

Ele exortou as FADM a explorarem, com valentia, a vantagem de serem produto do processo de reconciliação nacional e constituídas por militares que, no passado, estiveram em frentes opostas mas que hoje são continuamente alimentadas por jovens sem cores partidárias.

Trata-se, de acordo com Nyusi, de uma característica rara que deve unir os moçambicanos em defesa da pátria e paz conquistadas com grandes sacrifícios conforme o lema "FADM 52 anos defendendo a pátria, a unidade nacional e a paz".

Por sua vez, o Chefe do Estado Maior General das FADM, o General do Exército Graça Chongo, renovou, na ocasião, o compromisso de defesa implacável da pátria contra todas



Declaração a Imprensa

forças contrárias a paz e ao desenvolvimento.

Depois da saudação, Nyusi orientou a cerimónia de depo-

sição de uma coroa de flores na Praça dos Heróis Moçambicanos, em Maputo. (AIM)

GOVERNO MOBILIZA 75 MILHÕES DE DÓLARES PARA CENSO-2017

- Fase piloto arranca em Outubro



O executivo moçambicano está a mobilizar cerca de 75 milhões de dólares necessários para a realização do quarto Recenseamento Geral da População e Habitação, a ter lugar em Agosto de 2017. Trata-se de uma actividade que visa apurar o número de moçambicanos e em que condições vivem, de modo a permitir que o governo projecte melhores programas de desenvolvimento do país.

Os preparativos do censo já iniciaram, sendo que os trabalhos cartográficos com o objectivo de mapear o país em pequenas parcelas estão em curso.

Além disso, está na fase final a preparação do censo-piloto da população e habitação, um processo a ter lugar na primeira quinzena de Outubro deste ano, que visa testar os instrumentos a serem usados no censo geral de 2017.

Os dados foram avançados, há dias, em Maputo, no fim da 2ª sessão do Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação (CCRGPH), órgão que toma decisões sobre todo o processo. O evento foi diri-

gido pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que manifestou o desejo desta actividade decorrer num ambiente de segurança, para garantir o seu sucesso.

"Queremos saber quantos somos, para que possamos projectar o desenvolvimento do país com dados concretos. Queremos que este recenseamento decorra em condições de segurança", afirmou Primeiro-Ministro.

Entretanto, no fim do encontro, que durou cerca de duas horas, o porta-voz do Instituto Nacional de Estatística (INE), Cirilo Tembe, explicou, em relação aos fundos, que não há, ainda, disponibilidade total, sendo que há um trabalho que está a ser feito com os parceiros de cooperação para canalização dos seus apoios.

"Não podemos dizer, neste momento, qual é o défice mas já nos reunimos com os parceiros de cooperação internacional que se prontificaram a apoiar-nos. Alguns estão já a canalizar os valores aos cofres do Estado", apontou Tembe, salientando, por outro lado, que o valor de 75 milhões de dólares poderá sofrer alterações, olhando para a actual situação económica no país.

Sobre o censo-piloto, que é um ensaio para testar toda a metodologia definida para o recenseamento e os instrumentos criados para o efeito, bem como apurar as condições no terreno sobre o tipo de dificuldades que possam ser enfrentadas no momento de prover os meios necessários, Cirilo Tembe referiu que o mesmo vai custar, ao Estado, cerca de 60 milhões de meticais.

"Para o censo-piloto, a máquina está afinada. Temos os trabalhos de actualização cartográfica em curso no terreno. Estamos a trabalhar de forma a ter a certeza que, na altura da realização do censo, as coisas corram bem", sublinhou o porta-voz do INE.

No censo-piloto, segundo Tembe, estão envolvidos cerca de 60 mil técnicos, que neste momento estão a ser capacitados.

Para o censo geral, a ter lugar em Agosto de 2017, o INE prevê envolver cerca de 600 mil pessoas, priorizando alunos e professores de escolas secundárias.

O Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação é um órgão dirigido pelo Primeiro-

-Ministro e integra os Ministros da Economia e Finanças, Defesa, Interior, Educação e Desenvolvimento Humano, Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Transportes e Comunicações, Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar e o Presidente do INE.

Entre outros pontos, o encontro apreciou a proposta de criação dos Gabinetes Central, Provinciais e Distritais de Recenseamento.

O último censo geral da população e habitação foi realizado em 2007 e concluiu que o país possuía, naquela altura, com 23 milhões de habitantes.

Intervindo nas cerimónias do Dia Mundial da População, em Julho findo, Jorge Uthui, do Instituto Nacional de Estatística, referiu que as projecções indicam que a população moçambicana poderá atingir 27 milhões de habitantes até Julho de 2017.

Além de 2007, os anteriores censos em Moçambique, após a independência, foram realizados em 1980 e 1997.

MOÇAMBIQUE REGISTA AVANÇOS NA ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA

- defende chefe da missão do FMI, Michel Lazare



O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Lazare, que, desde dia 22 de Setembro em curso, trabalha no país, no âmbito da dívida pública não declarada, diz que Moçambique está a registar avanços no cumprimento de medidas tendentes a restaurar confiança dos parceiros de cooperação, o que leva a estabilização da economia.

Falando esta-quarta-feira, a imprensa, em Maputo, a saída de um encontro de cortesia com o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, Michel Lazare, disse sem entrar em detalhes que os encontros

que o Presidente da República, Filipe Nyusi, manteve, em Washington, no quadro da visita aos EUA, com diversos responsáveis de instituições multilaterais, nomeadamente o FMI e do Banco Mundial, foram satisfatórios e transmitem confiança.

Aliás, referiu que o encontro que manteve com o PM "foi frutífero e que já há avanços no cumprimento das medidas definidas para a restauração da confiança" com os parceiros de cooperação internacional.

A equipa técnica do FMI está em Moçambique para reavaliar as medidas correctivas em curso, desencadeadas pelo governo para restaurar a con-

fiança da instituição que se deteriorou após a descoberta de uma dívida não revelada estimada em 1,4 mil milhões de dólares a favor do Estado Moçambicano, mas que beneficiou algumas empresas de cariz privada.

As empresas beneficiárias de empréstimos com o aval do Estado moçambicano são a Proindicus com 622 milhões de dólares, Mozambique Assets Management (MAM) (535 milhões) e a Empresa Moçambicana do Atum (Ematum) com 850 milhões de dólares. Contudo, foram os primeiros dois empréstimos contraídos pela Proindicus e MAM que levaram o FMI a suspender a sua assistência financeira a

Moçambique pelo facto de não terem sido públicos.

Uma das condições impostas pelo FMI para o reatamento da ajuda a Moçambique tem a ver com a exigência de uma auditoria forense.

Na recente visita do PR a EUA, Nyusi admitiu a realização no país, em particular nas empresas beneficiárias dos empréstimos, uma auditoria internacional, que deverá chegar brevemente ao país, esperando-se que estas acções e outras engenharias e medidas que o Governo está a levar a cabo recupere a credibilidade do país e confirmem credibilidade junto dos doadores e credores.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



Promoção das TIC

GOVERNO QUER ENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO



Enviado Come

O executivo moçambicano está interessado em envolver o sector privado na promoção do uso e desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente no que concerne à formação e concessão de estágios pré-profissionais a jovens estudantes.

Neste contexto, o Governo está a trabalhar na criação de um ambiente legal que incentive a participação do sector privado em iniciativas relativas a este propósito, tal como explicou, há dias, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, nas celebrações dos 25 anos de actividades da

Dataserv em Moçambique, uma empresa de referência na área de venda e instalação de meios informáticos.

Intervindo numa feira denominada "Dataservday 2016", que tinha em vista debater e mostrar as novas tendências tecnológicas para o aumento da produtividade, Nhambiu referiu que o Governo está aberto a parcerias com o sector privado em diferentes frentes, visando a promoção e desenvolvimento das TIC no país e desafiou o empresário a contribuir na promoção da evolução tecnológica para o estabelecimento de uma sociedade de conhecimento em Moçambique.

Nhambiu referiu que nos últimos anos, como resultado da abertura do governo, tem-se registado, com satisfação, o

aumento do número de utilizadores das TIC no país, quer a nível institucional, como individual, e, segundo este governante, o sector privado pode testemunhar este facto com dados precisos da evolução do mercado das Tecnologias de Informação e Comunicação em Moçambique.

"O Governo tem estado a desempenhar o seu papel de formular e aprovar políticas na área de Tecnologias de Informação e Comunicação, estando a rever a Política de Informática e a Estratégia de Governo Electrónico; a formular a Estratégia de Banda Larga e a finalizar a Proposta de Lei de Transacções Electrónicas, bem como a preparar a proposta de Regulamento de Interoperabilidade de Sistemas de Governo

Electrónico", apontou o Ministro.

O governante desafiou a Dataserv a trabalhar com o Governo no estabelecimento de uma parceria para a realização, anualmente, de uma conferência aberta a todos os actores do sector privado na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, defendendo que se este desafio for aceite, evento em causa podia designar-se "Conferência Moçambicana de Tecnologias de Informação", envolvendo participantes nacionais e internacionais, para a partilha de experiências e boas práticas no processo de aquisição, gestão, certificação e manutenção de tecnologias de informação.

A conferência, segundo



Nhambiu, serviria, igualmente, para abordar o papel do sector privado, principalmente a sua participação no processo de formação de quadros nacionais de níveis médio e superior na área de tecnologias de informação. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional destacou que toda a acção governativa, tanto em Moçambique, como em outros pontos

do mundo, visa a promoção do bem-estar social, desiderato que é alcançado com a indispensável contribuição do sector privado, nacional e estrangeiro, tendo assinado que uma das condições primordiais para a promoção do crescimento e desenvolvimento socioeconómicos, premissas para a criação do bem-estar social, é a estabilidade e harmonia sociais, garantidas através da paz, livre

circulação de pessoas, bens e mercadorias e funcionamento normal das instituições do Estado. Entretanto, um dos administradores da Dataserv considerou a proposta do Governo oportuna e passível de se implementar, tendo referido que o mercado das TIC é promissor em Moçambique. A Dataserv considera deter cerca de 60 por cento da cota do mercado nacional das TIC,

estando a operar em Maputo, Beira, Tete e Pemba e com perspectivas de abranger Nacala. Sob o lema "Novas Tendências Tecnológicas para o Aumento da Produtividade", a cerimónia dos 25 anos da Dataservday contou com a presença de representantes de várias marcas produtoras e promotoras de equipamento informático.



MAPUTO APLICA 128 MILHÕES DE METICAIS NA REABILITAÇÃO DOS PASSEIOS



O Concelho Municipal da Cidade de Maputo está a aplicar cerca de 128 milhões de meticais na reabilitação dos passeios de algumas avenidas. Trata-se de informação avançada, há dias, durante a visita que o edil da capital do país, David Simango, efectuou ao distrito municipal KaMpfumo. Segundo o engenheiro Victor Fonseca, do Conselho Municipal de Maputo, as obras, a serem executadas pelas construtoras Irmãos Moreira e MCA Moçambique, vão abranger os passeios das avenidas 24 de Julho, Mao tse-tung, Kenneth Kaunda, Albert Luthuli, Filipe Samuel Magaia e Salvador Alende.

O projecto de reabilitação dos passeios da capital do país, cujo financiamento é da própria edilidade, está dividido em 11 lotes, sendo que, para este ano, serão realizados os lotes 1 e 2, orçados em 120 mil meti-

cais, numa extensão de 12 quilómetros, incluindo a criação e reparação de sistemas de drenagem e rampas.

Sob um calor intenso que se fez sentir na cidade de Maputo nos dias 22 e 23 de Setembro corrente, David Simango, dirigindo uma comitiva que integra vereadores de diversas áreas, incluindo a do distrito municipal KaMpfumo, visitou empreendimentos económicos e sociais da capital do país, incluindo estabelecimentos de ensino, jardins e o Centro Distribuidor de Água do Alto-Maé, que foi reaberto após obras de reabilitação.

Na inauguração deste empreendimento, orientada pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete Martinho, este dirigente afirmou "que esta é a segunda fase do projecto amplo de reabilitação, reforço e expansão do sistema de abastecimento de água a Boane, Matola e cidade de Maputo,

avaliado em 10 mil milhões de meticais".

Com a reabilitação desta infra-estrutura, a capacidade de reserva e de distribuição de água à cidade de Maputo duplicou, ao passar dos anteriores 4.500 metros cúbicos para dez mil metros cúbicos, permitindo o aumento da fiabilidade na distribuição de água aos bairros do Alto-Maé, Central, Malanga, Maxaquene, Polana e Mafalala, que tinham os serviços de abastecimento de água condicionados devido a perdas e baixa pressão.

As obras de reabilitação do Centro Distribuidor de Água do Alto-Maé consistiram na construção de um depósito com capacidade para dez mil metros cúbicos, construção e equipamento de uma estação de bombagem, construção de infra-estruturas de atendimento ao público, bem como a instalação de grupo-gerador para garantir a continuidade de serviços em situações de

emergência (em caso de corte de energia).

No bairro da Malhangalene B, David Simango inaugurou o Jardim "Largo do Minho", reabilitado e renovado sob regime de parceria publico-privada, num investimento de 20 milhões de meticais.

"O jardim trará melhoramento urbano, tornará o ambiente saudável e vai estimular pequenos negócios" referiu o edil de Maputo, na inauguração da infra-estrutura.

No bairro da Coop, Simango visitou a Escola Primária local, em que os alunos pediram a reabilitação deste estabelecimento de ensino, instalação de bebedouros de água e construção de mais salas de aula.

A Escola Primária da Coop foi construída na década 70 e lecciona de 1ª a 7ª classes, em 3 turnos, contando, este ano, com pouco mais de 1300 alunos oriundos de vários bairros da cidade de Maputo.

Primeiro semestre de 2016

INHAMBANE PRODUZIU MAIS DE 8.3 MIL MILHÕES DE METICAIS



A província de Inhambane alcançou, no primeiro semestre do ano em curso, uma produção global na ordem de 8.319,40 milhões de meticais, o correspondente ao cumprimento do plano anual em 53,4 por cento e um crescimento na ordem de 1,6 por cento em relação ao mesmo

período de 2015, que foi 8.181,74 milhões de meticais.

Trata-se de dados apresentados na semana finda, no âmbito do balanço semestral das actividades do governo local.

O governador desta província, Daniel Chapo, referiu, na sessão da Assembleia Provincial, na qual o instrumento foi apresentado, debatido e aprovado por unanimidade, que

contribuíram para o alcance deste crescimento, a produção agrícola na ordem de 3.101,45 toneladas contra 3.663,08 toneladas de 2015, o que corresponde a uma execução de 73,39 por cento e um decréscimo de 15,33 por cento.

O governante realçou que a seca cíclica que afecta a província contribuiu para que as metas não fossem das melho-

res, contudo, com condições favoráveis de que na segunda época espera-se que sejam superados os défices e cobrir os planos de produção, com as culturas de hortícolas e milho nos regadios e ananás e mandioca na zona sequeiro.

De acordo com o balanço provincial, Inhambane está a ser assolado pela seca desde a campanha 2013/2014, fazendo com que 129 mil pessoas estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional aguda, com enfoque nos distritos de Panda, Funhalouro, Mabote e Govuro.

Em relação às receitas, no período em análise atingiu-se o nível de 75,3 por cento, ao se cobrar 645.880,37 de meticais contra uma meta fixada de 858.114,58 meticais.

Contribuiu mais a receita de administração central, com 80,8 por cento de execução, tendo a de nível provincial se situado em 55,8 por cento do plano. Este nível de realização corresponde a um crescimento na ordem de 65,4 por cento comparativamente ao valor que a província arrecadou no primeiro semestre de 2015.

Taxa de câmbio valoriza comercialização agrícola

No período em análise, foram comercializadas 867.043,50 toneladas de produtos diversos, tais como, milho, mapira, mexoeira, arroz, coco, amendoim, feijão, mafura, castanha de caju, manga, banana, batata-doce entre outros, o que corresponde a uma realização de 71,4 por cento. Ainda no primeiro semestre, a província arrecadou um valor

global de 130.477,90 meticais, correspondentes a uma execução de 51,92 por cento da meta anual e uma subida em 34,4 por cento em comparação com o mesmo período de 2015.

O comportamento positivo é reflexo dos ganhos da subida da taxa de câmbio transferidos para os exportadores locais de óleo cru, bagaço de copra, fibra de coco e vegetais.

Produção pesqueira cresce 55 por cento

Durante o primeiro semestre, foi registada, em Inhambane, uma produção de 16.220,6 toneladas de pescado diverso, o que corresponde a uma execução de 64,148 por cento do planificado e um incremento de 55 por cento em relação a igual período de 2015.

No período em análise, foi

registado uma produção de cerca de 1.367.455 alevinos (designação dada aos peixes recém saídos do ovo), sendo a cidade de Inhambane com 146 mil, Zavala 227.300, Vilankulo 982.655 e Inharrime com 11.500 destinado à comercialização.



Produção e expansão de energia

O governador de Inhambane referiu que a província registou progressos assinaláveis na produção energética na sequência da construção de infra-estruturas de produção, transporte e distribuição baseadas na energia da rede nacional, painéis solares e gás natural de Temane.

Durante o período em análise, segundo a fonte, foi concluída a construção da linha de 110Kv Lindela a Massinga, o que culminou com a desmatação de 90 quilómetros de extensão, com 35 metros de largura, preparadas 56 bases para torres e montadas 32 torres.

Conjuntura influencia entrada de turistas

De acordo com o documento apresentado pelo chefe de

executivo de Inhambane, o sector do turismo registou um decréscimo na entrada de turistas, sendo 115.304 no primeiro semestre de 2016, contra 123.470 do mesmo período do ano passado.

Contribuiu para a redução da entrada de turistas, a situação conjuntural que o país e o mundo atravessam.

Porém, a província registou a aprovação de oito projectos de investimento, o correspondente a 115,8 por cento de crescimento.

Abertas 32 escolas

No primeiro semestre do ano em curso, o Governo de Inhambane abriu 32 estabelecimentos de ensino, sendo 21 de nível primário e 11 do ensino secundário.

Durante o período em análise foi introduzida a 6ª classe em 42 estabelecimentos do EPI e a 11ª classe em quatro escolas secundárias do 1º ciclo, com

isso, a rede escolar em Inhambane cresceu em 3,7 por cento, com destaque para o ensino secundário, que cresceu em 19,6 por cento.

Foram inscritos, no presente ano lectivo, 458.410 alunos, o correspondente a 94,3 por cento de cumprimento da meta. Foram ainda inscritos na alfabetização e educação de adultos 20.676 alfabetizados, o que corresponde a uma execução de 31,8 por cento do plano, que é de 65.079 alfabetizando.

No que diz respeito à criação de postos de trabalho, o governante referiu que a província criou seis mil empregos e 649 cidadãos beneficiaram de formação profissional do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), representando uma realização 16,23 por cento do plano anual.

Balço aprovado por unanimidade

Após a aprovação do balanço semestral, o presidente da Assembleia Provincial de Inhambane, Pedro Mariano Joaquim, referiu que quando se aprova o balanço do Plano Económico e Social toma-se em consideração a sua coerência e os compromissos assumidos que prevêem o aumento de emprego, da produção e da produtividade num ambiente de paz, harmonia e tranquilidade. "De recordar que a aprovação do PES-2016 e do respectivo Orçamento pela Assembleia Provincial resultou, não só da sua coerência, como também por se ter constatado que se tratava de instrumentos importantes e credíveis para a gestão económica e social a curto prazo, baseando-se nos principais objectivos da acção governativa que visa a promoção do crescimento económico e social em todas áreas prioritárias", apontou Pedro Mariano.



No desenvolvimento turístico

CHAPO QUER EMPENHO DO SECTOR PRIVADO



O governador de Inhambane, Daniel Chapo, quer que o sector privado continue empenhado no desenvolvimento do sector turístico a nível desta região, que tem potencial nesta área.

Segundo o dirigente, só com o empenho dos intervenientes do sector privado, instituições públicas e as comunidades locais a província continuará como estatuto de capital do turismo de lazer a nível nacional, uma vez que, de acordo com ele, este sector possui um papel indutor e impulsor de outros sectores económicos na província.

O investimento no sector do turismo em 2015 atingiu mais de 7 milhões de dólares, tendo gerado 8.069 postos de trabalho directos.

Dados disponíveis indicam que Inhambane conta com 8.510 quartos e 16.983 camas.

Apesar desta realidade, o governante considera que o crescimento deste sector é ainda fraco, com as estatísticas de oferta dos serviços de alojamento, restauração, assim como da sua capacidade empregadora abaixo dos níveis desejados. "Apesar da expressividade destes

números e dos projectos em carteira, que encorajam investimentos no sector, está ciente que o turismo é uma área sensível a actos de violência, terrorismo e insegurança. Por isso, apelamos que haja paz e estabilidade para que o turismo contribua no desenvolvimento e redução das desigualdades sociais, conforme sugere o lema do turismo para este ano que é "Turismo para todos – promover acessibilidade universal". Referiu Chapo, exortando os intervenientes e parceiros do turismo que a situação económica que o país atravessa não seja nenhum obstáculo para o desenvolvimento económico mas sim um desafio para que todos continuem empenhados na produção e materialização dos objectivos do quinquénio.

Daniel Chapo falava, esta terça-feira, no lançamento das cerimónias do Dia Mundial do Turismo, que se assinala a 27 de Setembro.

Afirmou que este ano, celebra-se o Dia do Turismo numa altura em que o Governo elegeu este sector como uma das quatro áreas prioritárias para o desenvolvimento económico do país, à semelhança da agricultura, energia e infra-estruturas.

Segundo o dirigente, foram definidas,

a nível nacional, seis áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, sendo que Inhambane foi contemplado com a indicação de Vilankulo para o desenvolvimento de um destino turístico de sol e praia e aventuras.

"A escolha de Vilankulo como pólo de desenvolvimento turístico de sol e praia coloca como desafio do Governo da província, transformar este sector em verdadeira indústria da paz e progresso, que contribua na criação de postos de trabalho, no bem-estar das comunidades locais através do aumento da renda familiar e no incremento do Produto Interno Bruto do país", referiu Daniel Chapo.

No âmbito das comemorações alusivas ao Dia Mundial do Turismo foram realizados vários eventos, desde o lançamento do campeonato internacional de Kite Surfing, envolvendo pouco mais de 170 praticantes provenientes (além de Moçambique) de países como África do Sul, Espanha, Zimbabwe, Malawi, Portugal, Islândia e Inglaterra. No mesmo contexto, foi inaugurado o Balcão de Informação Turística, localizado em Lindela, no distrito de Jangamo.